



Sérgio Figueiredo | Director

A questão nuclear

Os políticos, estes e os anteriores, recusam discutir a opção nuclear. Fazem mal. Porque a ausência de debate gera ignorância e alimenta equívocos.

Mas a Ordem dos Engenheiros fez-nos o favor de prestar este serviço público e, como não acontecia há trinta anos, o país debateu ontem, dia inteiro, vantagens e inconvenientes desta opção.

Foi assim possível ver, lado a lado, alguns dos melhores especialistas coabitarem com um gritante défice de conhecimento que o nosso país tem sobre a matéria. Energia nuclear em Portugal? Com certeza. Mas nunca pelas razões evocadas.

O primeiro sinal de ignorância começa por não se saber que uma central nuclear só gera energia eléctrica. É um erro grosseiro afirmar que a nossa economia necessita de uma central nuclear porque o petróleo e o gás natural estão caros.

É verdade que estão e temos um problema real e muito sério com a escalada do petróleo, porque somos o país europeu mais vulnerável à oscilação do seu preço. Mas não precisamos, como ouvimos o líder da CIP, desesperadamente, de energia nuclear para reduzir aquela factura.

Apenas um quinto da energia total que utilizamos é electricidade. A electricidade é energia. Mas 80% da energia que consumimos não é electricidade. É o uso de petróleo na produção eléctrica tornou-se inexpressivo.

Energia nuclear? Sim, com certeza. Mas não por ser a solução mágica para a nossa dependência do petróleo. Não é solução, menos ainda mágica, e não ajuda a diminuir o consumo daquela fonte energética.

O nosso grande consumidor de petróleo é o sector dos transportes. É aí que a política energética deve actuar. Desesperadamente. Por uma questão de balança externa – importamos todo o petróleo que consumimos. Por razões ambientais – pois o combustível a carburar é a principal causa do incumprimento das metas de Quioto.

Quioto não é uma fantasia qualquer. Pelo contrário, é uma ameaça real à competitividade das nossas empresas. Aliás, todos os grandes projectos de investimento que o Governo anda a anunciar significam mais emissões de carbono.

A nova refinaria de Sines liberta CO₂. A fábrica da Advansa para Sines também. O investimento de PQP na fileira da pasta e do papel idem idem. Tal como as seis centrais de ciclo-combinado que vão de novo a concurso também. Ou a siderurgia que o Estado voltou a negociar com os brasileiros.

Se Portugal já está acima da sua quota, dificilmente concretizará estes investimentos e ganhará um novo impulso industrial, se não resolver o problema de poluição que lhe está associado. As licenças de CO₂ pagam-se. Os Estados dão ao IDE todas as contrapartidas possíveis. Adivinhe quem irá suportar essa poluição a mais?

Monteiro de Barros justifica com Quioto a pressa na construção da sua central nuclear. Cujá potência será 1600 MW, o que é menos de 40% da electricidade final. 40% de 20% são 8% da energia total que o país consome – é este o real contributo da central de Patrick, de dimensões descomunais mesmo para padrões europeus.

Energia nuclear? É com certeza bom para o empresário. Mas será necessário para Portugal? E que custo terá o Estado de suportar? Tanto, mais ou menos que as eólicas? Não estamos esclarecidos. Mas o debate apenas está a começar.